

**REPUBLICAÇÃO DO EDITAL UCB Nº 035/2022 - PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR PARA ATUAR NO ÂMBITO DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 39/2021-PMDF**

Gabarito da Prova Escrita Objetiva

Prova realizada em 21/08/2022

Informação:

-
- As provas foram aplicadas em sistema informatizado, portanto cada candidato recebeu versões da prova com alternativas de respostas randomizadas. Para conferir o gabarito, atente ao conteúdo da resposta e não ao seu ordenamento conforme aparecem abaixo.
 - As respostas corretas são aquelas assinaladas com um X.
-

Questões e Gabarito

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_01

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem:

- (X) Na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- () Na vida em comunidade, na convivência com familiares e nas mídias sociais, mas **não** no trabalho e nas manifestações culturais.
- () No trabalho e na convivência com familiares, mas **não** nas mídias sociais e nas organizações da sociedade civil.
- () Na esfera pública, mas **não** na convivência familiar.
- () Nas instituições de ensino e pesquisa e no trabalho, mas **não** na vida familiar.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_02

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pode-se afirmar que:

- I. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
- II. A educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

III. A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- (X) todos os itens estão corretos.
- () todos os itens estão incorretos.
- () apenas os itens II e III estão corretos.
- () apenas os itens I e III estão corretos.
- () apenas os itens I e II estão corretos.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_03

No âmbito do “Objetivo 4 - Educação de Qualidade” do Plano de Ação Global Agenda 2030, dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), quanto às disparidades e o acesso à educação, figura a expectativa de:

- (X) Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
- () Garantir as disparidades de gênero na educação, assegurando aos indivíduos do sexo masculino o direito de uma educação integral.
- () Assegurar a discriminação das pessoas com deficiência, por meio da seleção dos sujeitos mais adaptados para o exercício de funções públicas complexas.
- () Manter a desigualdade na distribuição dos recursos da educação de forma a garantir aos países mais abastados a excelência na produção de conhecimento e acesso à educação.
- () Eliminar toda e qualquer discussão sobre gênero, deficiência, etnia ou vulnerabilidade, uma vez que tais questões são irrelevantes para a problemática do acesso à educação.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_04

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às concepções da pedagogia crítica e/ou libertadora:

- (X) O saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber.
- () A educação implica a superação da contradição educador-educandos, de maneira que ambos se façam educador e educandos.
- () A educação libertadora é fundada na dialogicidade e se faz dialógica.

A educação se refaz constantemente na prática.

Os educandos são investigadores críticos, em diálogo com o educador, este também investigador crítico.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_05

Quanto ao acesso à educação, assinale a alternativa correta a respeito das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação:

- I. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- II. Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

As proposições são verdadeiras e complementares.

As proposições são verdadeiras, mas não têm relação entre si.

As proposições são falsas.

A proposição I é verdadeira e a proposição II é falsa.

A proposição I é falsa e a proposição II é verdadeira.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_06

Considerando os temas da educação, direitos humanos e segurança pública no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A educação de profissionais de segurança deve ser dissociada da vivência de cooperação e respeito às diferenças sociais e culturais, com vistas a promover as vantagens de setores sociais privilegiados.

() Os direitos humanos são indispensáveis para a implementação da justiça e da segurança pública em uma sociedade democrática.

() A segurança pública, enquanto direito de todos os cidadãos brasileiros, somente será efetivamente assegurada com a proteção e a promoção dos direitos humanos.

() O ensino dos direitos humanos deve ser operacionalizado nas práticas dos(as) profissionais de segurança, que se manifestam nas mensagens, atitudes e valores presentes na cultura das escolas e academias, nas instituições de segurança e de justiça e nas relações sociais.

() A educação em direitos humanos constitui um instrumento estratégico no interior das políticas de segurança e de justiça para respaldar a consonância entre uma cultura de promoção e defesa dos direitos humanos e os princípios democráticos.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_07

Em relação ao tema cidadania, educação e direitos humanos, assinale a afirmativa **INCORRETA** quanto à educação não formal:

(X) Práticas educativas não formais não devem enfatizar a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

() A sensibilização e conscientização das pessoas contribuem para que os conflitos interpessoais e cotidianos não se agravem. Além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação.

() A educação não formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas.

() Os espaços das atividades de educação não formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais, até as do setor da educação e da cultura.

() Atividades de educação não formal se desenvolvem em duas vertentes principais: a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_08

Em relação ao tema cidadania, educação e direitos humanos, analise as afirmativas abaixo:

I. Uma concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em

valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

II. O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações.

III. Para o exercício da cidadania democrática, a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, requer a formação dos(as) cidadãos(ãs).

- todos os itens estão corretos;
- todos os itens estão incorretos;
- apenas os itens I e II estão corretos;
- apenas os itens II e III estão corretos;
- apenas os itens I e III estão corretos.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_09

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, sobre as ações relacionadas ao tema dos direitos humanos na formação policial, deve-se:

- Fomentar ações educativas que estimulem e incentivem o envolvimento de profissionais dos sistemas com questões da política pública de segurança, direitos humanos e a questão social das comunidades rurais e urbanas.
- Desconsiderar a questão social das comunidades rurais e urbanas na formação dos profissionais do sistema de segurança e de justiça, especialmente as questões relativas às populações indígenas, os acampamentos e assentamentos rurais e as coletividades sem teto.
- Desmontar os centros de formação, escolas e academias policiais, com vistas a extinguir os centros de referência para a produção, difusão e aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos que contemplem a promoção e a defesa dos direitos humanos.
- Dificultar a criação de comissões ou núcleos de direitos humanos nos sistemas de justiça e de segurança, e separar deles a função de promover a educação em direitos humanos.
- Acompanhar e cercear o acesso a material didático e pedagógico sobre a prevenção e combate à tortura para os profissionais e gestores do sistema de justiça e de segurança pública e órgãos de controle social, por ser um material controlado.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_10

São preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 a:

- (X) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- () Todas as pessoas estão sujeitas à interferência desmotivada na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, ou ao ataque à sua honra e reputação.
- () Todo ser humano, vítima de perseguição, só tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países se o país de origem for signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- () O ser humano pode ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade, ou do direito de mudar de nacionalidade, em caso de guerra.
- () Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família, desde que sejam heterossexuais.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_11

De acordo com o Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que versa sobre o direito à liberdade de opinião e expressão, a referida Declaração compreende que:

- (X) Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
- () Somente os homens têm direito à liberdade de opinião e expressão.
- () Os profissionais de segurança pública têm direito de legislar sobre a liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de decidir autorizar ou desautorizar a circulação de notícias jornalísticas relacionadas à segurança nacional.
- () O direito à liberdade de opinião e expressão é concedido somente às pessoas com ensino superior, uma vez que estas possuem as competências educacionais necessárias ao exame criterioso das informações que circulam por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

() O direito à liberdade de opinião e expressão é concedido a todo ser humano que tenha cidadania proveniente de um dos países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas é vedado aos cidadão dos demais países.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_12

A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, constitui uma estratégia de consagração do direito à integridade pessoal, na esfera dos direitos humanos. Segundo a referida convenção:

(X) As pessoas que respondem a processos judiciais em privação de liberdade devem ficar separadas dos condenados que estão sob a privação desse mesmo direito, salvo em circunstâncias excepcionais, e precisa ser garantido o tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.

() A pessoa condenada perde o direito de que se respeite sua integridade física e psíquica, mas preserva o direito à integridade moral.

() Os adolescentes, quando puderem ser processados, podem ficar em privação de liberdade junto dos adultos, ficando o Estado desimpedido de conduzi-los a tribunal especializado.

() As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial produzir dor e sofrimento aos condenados, para que eles se arrependam do crime cometido.

() O recurso a práticas de tortura, penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes deve ser admitido somente aos criminosos reincidentes na prática de crime relacionado à violação de integridade sexual da vítima.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_13

Para a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), os Estados signatários comprometem-se a garantir a presunção da inocência. Para isto, a Convenção define que:

(X) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.

() Durante o processo, o acusado deve ser comunicado de maneira resumida e parcial a respeito da acusação a ele formulada, uma vez que o sigilo das informações é crucial para o sucesso da persecução criminal.

() O acusado perde o direito de não ser obrigado a depor contra si mesmo nos casos que envolvem delitos sexuais e/ou crimes hediondos, devido à gravidade dos danos que tais delitos geram à sociedade.

() A confissão do acusado é válida mesmo se feita sob coação, de qualquer natureza, pois é a prova cabal de sua culpabilidade.

() O Estado pode restringir ao acusado o tempo e os meios adequados para a preparação de sua defesa, se a autoridade policial tiver efetuado sua prisão em flagrante delito.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_14

O artigo 6º da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, versa sobre o direito à vida, traçando assim, os parâmetros de proteção aos direitos humanos nesta dimensão. Quanto a esse ponto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(X) Nos países que tiverem abolido a pena de morte, esta só é indicada a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos e se o crime que a tiver ensejado for considerado hediondo em legislação nacional.

() Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves.

() Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta somente pode ser adotada em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.

() Nos países que não houverem abolido a pena de morte, não se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.

() Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

Prova_Objativa_P MDF_Postos_de_Trabalho_QO_V2_15

A liberdade de associação é uma condição humana entrelaçada à dimensão dos direitos fundamentais. Para que tais direitos fundamentais possam ser efetivos, Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, define que:

(X) O exercício do direito de liberdade de associação só pode estar sujeito às restrições previstas pela lei que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

() Todas as pessoas têm o direito absoluto de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza, ficando o Estado impedido de impor quaisquer restrições previstas pela lei, ainda que no interesse da proteção algum outro direito.

() Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins econômicos e trabalhistas, para que seja preservado o princípio da livre regulação do mercado. Contudo, a associação com fins ideológicos, religiosos e políticos pode ser arbitrariamente suprimida pelo Estado em nome do mesmo princípio.

() O Estado é impedido de impor restrições legais, e mesmo a privação do exercício do direito de associação, aos membros das forças armadas e da polícia.

() As pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins religiosos, sociais ou culturais, caracterizando os espaço de tais associações como recreativos ou espirituais, e são impedidas de associar-se livremente com fins ideológicos e/ou políticos, a qualquer tempo e sob qualquer justificativa, em nome da governabilidade das sociedades democráticas.